



Novos Cadernos NAEA

v. 16, n. 2, p. 207-224, dez. 2013, ISSN 1516-6481

A (re)invenção da Rondônia: dos sertões de Roquette-Pinto à Amazônia de Getúlio Vargas

The (re)invention of Rondônia: the hinterlands of the Roquette-Pinto to the Amazon of the Getulio Vargas

Sandro Adalberto Colferai - Docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia, campus de Vilhena (UNIR/Vilhena); mestre em Comunicação Social (PPGCOM-PUCRS); doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM). E-mail: sandrocolferai@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta as ideias precursoras para o surgimento de Rondônia como estado amazônico. Para isso, aborda as formulações e ações do Estado brasileiro que levaram à particularização e à consequente constituição de um território na fronteira oeste do país. São abordadas obras como *Rondônia*, de Roquette-Pinto, esta tida como fundamental para a constituição do pensamento acerca da região que viria a ser política e ideologicamente delimitada a partir de ações do Estado brasileiro. Fundamental neste processo é a revista *Cultura Política*, editada pelo Estado Novo e órgão importante na disseminação e legitimação do ideário a partir do qual se estabeleciam as políticas, entre elas as territoriais, do regime de Getúlio Vargas.

Abstract

This article presents the ideas precursor to the emergence as a state of Rondônia in the Amazon. To address this formulations and actions of the Brazilian state that led to the particularization and the consequent formation of a territory on the western frontier of the country. It covers works such as *Rondônia*, Roquette-Pinto, is seen as fundamental to the constitution of thought about the region that would be politically and ideologically demarcated on state actions. Key to this is the magazine *Political Culture*, edited by the Estado Novo and important organ in the dissemination and legitimation of ideas from which the policies were established, including the territorial regime of Getúlio Vargas.

Palavras-chave

Pensamento social. Rondônia. Estado Novo. Amazônia.

Keywords

Social thought. Rondônia. New State. Amazon.

1 SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL

“Só aqueles que ignoram as formulações passadas de autores, conceitos e os grandes debates estão condenados a ficar prisioneiros de pensamentos ultrapassados”

Jean-Pierre Delas e Bruno Milly

As condições e os processos através dos quais as diferentes regiões da Amazônia brasileira se constituíram ainda aparecem aos olhos de uma parcela considerável das populações, sejam elas locais ou não, encobertas por uma bruma adensada pelo tempo e pela distância. As explicações que surgem deste nevoeiro se inscrevem entre o lugar comum e o assombro, que persistem como as condicionantes recorrentes. Superar estes olhares e fazer rarear as brumas é tarefa necessária, principalmente nas áreas periféricas da grande região que é a Amazônia.

É assim que buscamos aqui, nas formulações passadas de autores e nos grandes debates do passado, ultrapassar os lugares comuns sobre as ideias que se constituíram nas formadoras de uma região dentro da região, da porção da Amazônia que hoje é o estado de Rondônia. E tomamos este como movimento necessário para, como sentenciam os autores citados na abertura deste artigo, não ficarmos prisioneiros de pensamentos que devem ser superados.

Trata-se de se lançar à compreensão das ideias que estavam postas no surgimento de uma noção de região que seria justificada como uma unidade da federação. Este movimento não se deu de maneira isolada, mas como parte de uma série de ações, motivadas por razões, quer científicas ou político-estratégicas, mas que encontraram eco na burocracia e na ideologia presente no Estado e na sociedade nas primeiras décadas do século XX.

Refletir sobre o modo pelo qual a região foi vista e explicada em vários momentos da história tem a ver, também, com a compreensão dos caminhos assumidos pela intervenção política nessa área. Significa, ainda, buscar explicações para a rotinização das interpretações que se transformam em senso comum e que acabam por “justificar” as medidas políticas assumidas (BASTOS, 2007, p. 1).

As atenções voltam-se a textos que consideramos fundamentais para empreender a busca pelas ideias fundamentais na compreensão não apenas da criação de Rondônia, mas das ideias sobre a fronteira oeste brasileira e dos encontros entre diferentes interpretações do interior do país, no sul na Amazônia. Para isso nos concentramos no livro *Rondônia*, de Edgar Roquette-Pinto, que

batiza, caracteriza e delimita uma região dentro dos sertões brasileiros; e no conjunto de textos produzidos por diversos autores e publicados na década de 1940, na revista *Cultura Política*, editada pelo Estado Novo.

A escolha do livro e dos textos não significa a adoção de critérios de importância entre eles e outros, que também tratam da ocupação e construção de uma imagem do sertão brasileiro e de sua ocupação rumo ao oeste. É, antes, a tentativa de identificar as ideias que primeiro circularam e que davam conta da particularização de uma região entre os sertões de Mato Grosso e a Floresta Amazônica, e que ao mesmo tempo era fronteira internacional.

O livro de Roquette-Pinto é um compêndio de geografia física e humana da região que há pouco estava sendo rompida pelos cabos do telégrafo, instalados sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon. É a partir deste livro que a região se particulariza, e começa a ser reconhecida – mesmo que de maneira restrita – como uma porção do noroeste de Mato Grosso. A publicação dos estudos de Roquette-Pinto se dá pouco depois de concluída a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que junto com a linha telegráfica – podemos afirmar – constituem as duas obras formadoras da Rondônia atual.

O processo de particularização da região tem o seu auge na criação do território federal do Guaporé, em 1943, pelo Estado Novo. E este processo utiliza a Madeira-Mamoré e a linha telegráfica como suas referências físicas, e os apontamentos de Roquette-Pinto tornam-se o referencial antropológico que o justifica. Neste cenário, cabe à revista *Cultura Política* o papel de fazer circular as ideias que legitimam a nova porção do território nacional. Se por um lado há a particularização do território, por outro há a sua ligação a ideias já existentes – estas, na quase totalidade centradas numa visão civilizadora do Norte brasileiro, da Amazônia, e não dos sertões contíguos ao Mato Grosso, de onde, afinal, foi retirada a maior parte das terras onde hoje é Rondônia.

O que buscamos é alcançar as ideias precursoras para apreender as dimensões explicativas e compreensivas de uma parcela da sociedade amazônica, especificamente aquela que compõe o estado de Rondônia. Trata-se de compreender os marcos do pensamento social implicado na formação de uma nova unidade político-administrativa do Estado brasileiro, “mediante o esclarecimento dos elos que compõem esta especificidade, de seus contextos correspondentes, sob a forma de reconstruções históricas da realidade ou de percepções e interpretações de realidades naturais e sócio-culturais” (FREITAS, 2007, p. 28-29). O impacto dessas ideias sobre a sociedade são fundamentais, seja para sua autocompreensão ou para a continuidade e/ou desenvolvimento de processos sociais que a configuram. É a isso que nos lançamos aqui!

2 DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS

As notícias sobre os sertões do noroeste de Mato Grosso, no início do século XX, não eram muito diferentes daquelas que tiveram os exploradores espanhóis e portugueses três séculos antes. Desde 1750, com o Tratado de Madri¹, a região havia sido consolidada como parte do Brasil, e as referências fronteiriças eram os rios Madeira e Guaporé (REIS, 1989, p. 103). Mas, a partir de seus vales, rumo ao leste, pouco se sabia desta região, e os sertões matogrossenses se mantiveram quase intocáveis. A presença do Estado no sul do Amazonas e no noroeste do Mato Grosso se limitava, até o princípio do século XX, quase que exclusivamente, aos vales dos rios fronteiriços².

Alguma penetração nas terras das margens leste se resumia a seringueiros que, a partir da segunda metade do século XIX, subiram os cursos de rios menores como o Jamari e o Ji-Paraná. Nos primeiros anos do século XX, a fronteira oeste brasileira estava consolidada, mas isso não significava que as terras a leste dos marcos fronteiriços fossem conhecidas, e nem mesmo que a soberania do Estado brasileiro estivesse ali consolidada.

Na primeira década do século XX, os fios do telégrafo já se estendiam até Cuiabá, mas era preciso alcançar Santo Antônio, sede da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – então ainda em construção – e depois Manaus, o mais importante centro do comércio de borracha no mundo. No meio da primeira etapa da empreitada, deixada a cargo do major do exército Cândido Mariano da Silva Rondon, estava o sertão do noroeste de Mato Grosso, território dos Nambiquaras, Parecis, Anunzês e Uaintaços.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a necessidade de comunicação entre o sul e o norte do país, levam à instalação da linha telegráfica entre Cuiabá e Santo Antônio, às margens do rio Madeira. A tarefa significa

¹ O Tratado de Madri, firmado em 1750, determinava os limites das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul. O princípio básico do acordo foi preconizado pelo *uti possidentis* – as terras pertenceriam a quem de fato as ocupasse. Com o tratado, os limites das possessões portuguesas assumiram contornos próximos aos do Brasil atual (REIS, 1989, p. 103).

² Os vales dos rios Mamoré e Guaporé foram reconhecidos como os limites a oeste da colônia portuguesa na América do Sul a partir do Tratado de Madri (1750). Desde o século XVII, exploradores portugueses subiram o rio Madeira, ainda no século XVII, e depois de bandeirantes paulistas que avançaram desde a bacia do rio Paraguai e, dali, desceram o Guaporé e o Mamoré, efetivando uma rota entre o norte e o sul da colônia pelo seu interior. A efetivação de rotas perenes foi efetivada, a principal delas a partir do rio Amazonas, ultrapassando as cachoeiras do Alto Madeira até o Guaporé. Resultado desse empreendimento é o Forte Príncipe da Beira, e a construção da primeira capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752. A rarefeita população desta fronteira era formada na maior parte por escravos e degredados para lá enviados para garantir as possessões da Coroa Portuguesa (N.A.).

também a exploração do sertão no noroeste de Mato Grosso, em terras inquestionavelmente brasileiras, mas onde viviam apenas nações indígenas. Na trilha do picadão de 50 metros largura e 800 quilômetros de extensão vieram as primeiras expedições científicas para a região.

O relato da expedição de Edgar Roquette-Pinto, de 1912, constitui o objeto de especial interesse. Mas, aqui também é preciso listar o relato da expedição Roosevelt-Rondon, em 1914. São dois relatos importantes, com maior visibilidade para o primeiro, que dão o tom, muitas vezes conflitante, de como a região do noroeste de Mato Grosso foi apropriada, e como o espaço e os habitantes são caracterizados no princípio do século XX.

3 PELO VAZIO DEMOGRÁFICO

A expedição Roosevelt-Rondon, caracterizada por Theodore Roosevelt como de caráter zoológico e geográfico, e relatada no livro *Pelos Sertões do Brasil* (ROOSEVELT, 1944), pode ser tomada como um relato de aventuras, em que, estando o tempo todo acompanhado pelo então general Cândido Mariano Rondon, o ex-presidente dos Estados Unidos faz uma parte do percurso consolidado anos antes, durante a construção da linha telegráfica. A expedição chega até a borda oeste do Planalto dos Parecis, para então empreender a busca pela foz do rio da Dúvida, depois rebatizado de Roosevelt. Durante todo o percurso há poucos contatos com indígenas, mas estes estão sempre presentes no relato, como ameaça constante. “A partir daquele momento íamos penetrar numa região ainda mais selvagem, a terra dos nambicuaras nus” (ROOSEVELT, 1944, p. 209).

A expedição sofre poucos percalços e tem, desde o princípio, o objetivo de encontrar a foz do rio da Dúvida. O relato é carregado de tensão, pela possibilidade de haver perigos à espreita, ao longo da viagem, que poderia ter desfechos diferentes, a depender da direção do rio: “Era para nós uma absoluta incerteza, se ao fim de uma semana nos encontraríamos no Gi-Paraná, ou ao fim de seis no Madeira, ou depois de três meses só Deus sabe onde” (ROOSEVELT, 1944, p. 246).

Tivemos uma viagem penosa e um tanto arriscada, porém coroada de bom êxito. Nada menos de seis semanas precisamos para romper com perigos e fadigas em nossa rota, descendo um rio que parecia literalmente uma infindável sucessão de corredeiras e saltos. Não vimos seres humanos durante quarenta e oito dias (ROOSEVELT, 1944, p. 390).

As percepções presentes no relato da expedição Roosevelt-Rondon aos sertões do noroeste do Mato Grosso são próximas daquelas que já tinham sido apresentadas por outros autores, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel (ANDRADE, 2010). Roosevelt revela a clara preocupação com os limites e possibilidades da ocupação da região que percorre e, ao mesmo tempo, apresenta-a como inóspita, mas possível de ser civilizada.

Dois dias após deixarmos Campos Novos chegamos a Vilhena, onde há uma estação telegráfica [...] A zona era semelhante à de Campos Novos, oferecendo acentuado contraste com as extensões arenosas e estéreis do chapadão que é uma região salubre e onde grandes centros industriais podem surgir, porém não apropriado à agricultura intensiva, como só podem ser possíveis nas terras baixas e planas (ROOSEVELT, 1944, p. 233).

Como regra, ao longo do relato pouco há de referências aos tipos humanos presentes na região percorrida por Roosevelt e sua expedição. Nas menções possíveis de serem identificadas, ou o indígena constitui uma ausência, ou então há considerações sobre o temor e uma visão pejorativa sobre o modo de vida do índio. É assim no relato da observação de um grupo de nhambiquaras:

Após o almoço, em 'José Bonifácio', apareceu um grupo de nhambiquaras [...] fizeram uma exibição de exercício com flechas não muito boa. [...] Várias índias haviam sido raptadas de outras tribos após o assassinio de seus maridos e pais, pois o nhambiquaras são assassinos e ladrões joviais. Traziam dois ou três rafeiros famintos e sarnentos, porém enfeitados com coleiras de contas. Cada um dos maiores possuía três ou quatro mulheres e eram elas que se incumbiam de carregar os trastes, porém, aparentemente, não demonstravam ser maltratadas (ROOSEVELT, 1976, p. 159).

Tais posicionamentos podem ser atribuídos à influência que discussões científicas como o darwinismo social e o determinismo climático e geográfico exerciam sobre os o pensamento social do final do século XIX e início do século XX. E tais correntes, quando transpostas para o Brasil, em especial para a Amazônia – região que a maior parte dos sertões do noroeste do Mato Grosso passou a fazer parte desde a criação do território do Guaporé – foram usadas para abordar questões como a indolência e degeneração dos habitantes nativos.

4 A RONDÔNIA

A Comissão Rondon fez os primeiros levantamentos topográficos e hidrográficos da região, entre o rio Juruena e o rio Madeira, ao longo de 1909.

Em 1912, Edgar Roquette-Pinto, então professor de antropologia no Museu Nacional, empreende uma viagem à região, e o resultado é o livro *Rondônia*, publicado em 1916, e que pode ser considerado o primeiro trabalho científico de fôlego sobre a região.

Rondônia, ou terras de Rondon, é como Roquette-Pinto propõe que seja chamada toda uma porção da fronteira oeste brasileira. Em 1915 – um ano antes da publicação da primeira edição do livro *Rondônia* – Roquette-Pinto publicou um artigo na Revista do Brasil, no qual propõe que toda a região entre o rio Juruena e o rio Madeira seja assim denominada³. Nesta mesopotâmia, ele propõe que se reconheça uma nova província antropogeográfica, em função das particularidades e importância dos elementos geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos e etnográficos dela provenientes, e trazidos à luz através das expedições científicas de Rondon (ROQUETTE-PINTO, 1916, p. 19).

Profundo conhecedor da obra de Euclides da Cunha, Roquette-Pinto fez do seu *Rondônia* uma obra comparada por Álvaro Lins a *Os Sertões*:

Recorda Gastão Cruls [...] o retorno de Roquette-Pinto da Serra do Norte [...]. Trazia já no espírito a Rondônia, à maneira de Euclides com *Os Sertões* ao tornar de Canudos. E memora o amigo íntimo que Roquette vinha abundante e transbordante de notas, observações, vocabulários, croquis, fichas antropométricas, filmes documentais, fonogramas, material etnográfico. Era o mundo largo, o mundo ao ar livre, que transportava para dentro do seu quarto (LINS, 1956, s/n)

As notas se transformaram no livro que, à maneira de *Os Sertões*, também apresentava as gentes do interior do Brasil. No lugar do sertanejo, o índio da Serra do Norte, em especial os Nhambiquaras, detidamente observados. O relato é o de um homem que reflete a ciência de seu tempo e, tal como Euclides da Cunha, vê nas condições naturais do clima e da geografia, assim como na inconstância da sociedade que encontra, razões para o atraso em que se encontram os índios do sertão do noroeste do Mato Grosso, sem, no entanto, ver nelas limitações para que tais condições sejam superadas. Nas primeiras páginas de *Rondônia*, Roquette-Pinto apresenta uma caracterização do índio com quem manteve contato.

Os índios da Serra do Norte, no Estado de Mato-Grosso, representam quicá, neste momento, a mais interessante população selvagem do mundo. Vivem, ainda hoje, em estado de acentuada inferioridade. Foram surpreendidos em plena idade lithica; e, assim, foi encontrada uma

³ Na primeira edição de *Rondônia*, Roquette-Pinto apresenta nota de rodapé em que esclarece onde surgiu, pela primeira vez, o termo para designar a região explorada por Rondon. Este teria sido apresentado em artigo denominado *A Rondônia*, publicado na Revista do Brasil, em edição de 1916 (N.A.).

civilização fóssil no coração da América do Sul. Aqui, mais do que alhures, justifica-se a observação de Bastian, segundo a qual história e pré-história se confundem nas terras do Novo Mundo (ROQUETTE-PINTO, 1916, p. 2).

A percepção de um homem primitivo vivendo no Brasil central – e que era preciso conhecer o mais rápido possível, antes que houvesse contato excessivo com a civilização ao ponto de contaminar o seu modo de vida – era contrabalanceado pela pretensão e necessidade de levar a civilização até eles. Para isso, reconhece que pouco se sabe dos povos indígenas que ocupavam aquela porção do país, assim como ocorria com o papel da Comissão Rondon em desbravar a região de índios bravios e geografia inóspita. É enfático em apontar que a partir do trabalho da comissão chefiada por Rondon, a região passaria a ser valorizada.

Abriu á sciencia um campo enorme de verificações e descobertas; á industria, todas as riquezas de florestas seculares. Soube coroar sua actividade estendendo o fio telegraphico, que os Parecís chamam língua de Mariano, em homenagem ao seu grande amigo, entre pontos extremos de sua pátria que ligou por uma gigantesca estrada de rodagem. E offereceu á Humanidade irmãos primitivos, que mais uma vez lhe recordam a modéstia de sua origem (ROQUETTE-PINTO, 1916, p. 3-4).

Os primitivos de Roquette-Pinto, ao mesmo tempo em que são feios, pequenos, magros e enfermos, também foram capazes de conquistar terras áspers, e que estavam se transformando em um enorme caminho que ligaria o sul ao norte do país. E esta percepção faz o autor de *Rondônia* “retemperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência” (ROQUETTE-PINTO, 1916, p. IX).

A abundância de fontes e informações, representada pelos dados etnográficos, fonogramas, fichas antropométricas, notas, observações, croquis, anotações de vocabulário e imagens que compõem o livro *Rondônia*, foi o melhor argumento para a proposta de Roquette-Pinto para a particularização daquela porção do território nacional em uma província antropogeográfica. Ao modo como Euclides da Cunha publicou *Os Sertões*, em 1902, como uma enciclopédia do sertão baiano, com as características físicas do lugar somadas aos tipos humanos, *Rondônia* pode ser analisado por estes mesmos dois aspectos.

Quanto ao homem que emerge no *Rondônia*, trata-se do índio de um sertão longínquo da civilização, tanto no espaço como no tempo. E, ao trazê-lo à luz, *Rondônia* “desempenhou, para a revelação, estudo e compreensão do índio, o mesmo papel que mais tarde, com recursos e métodos mais modernos

de pesquisa sociológica, veio a representar Casa-Grande & Senzala em relação ao negro” (LINS, 1956).

No aspecto geográfico, *Rondônia* faz surgir a ideia da porção não autônoma, mas singular do território nacional, em parte da fronteira oeste do país. É neste sentido que a obra de Roquette-Pinto pode ser tomada como, se não o primeiro, o mais importante documento para a gênese da ideia de região no espaço da Rondônia, tal como proposta pelo cientista. Esta singularização, dentro do espaço da nação, é projetada por Roquette-Pinto no encerramento da obra, ao apresentar aquilo que espera que seja o seu trabalho, e se dirigir àqueles que em outros momentos chama de filhos da Rondônia⁴.

O sertanejo encontra, nos documentos de que procurei recheiar este trabalho, simples e sincero, a sua melhor defesa. A conquista da Rondônia foi obra de sua abnegação, do seu talento, e de sua resistência. Os milhares de quilômetros de estrada que lá se estendem, hão de figurar, nos mapas do Brasil, em traço largo, afirmando ao mundo o valor dos seus filhos (ROQUETTE-PINTO, 1916, p. 304).

Ao estabelecer uma região com características singulares, na faixa de terras entre o Juruena e o Madeira, e que no primeiro momento se constituiu em interesse científico, Roquette-Pinto criou condições para que, mais tarde, tal noção fosse apropriada por razões político-ideológicas, mesmo que ao custo de uma releitura do que é a região nas suas características físicas.

5 UM DISCURSO PARA A RONDÔNIA

Um quarto de século é o tempo entre a publicação do livro *Rondônia* e o início do que pode ser considerada uma campanha sistemática, que tem entre os objetivos a conversão da província antropogeográfica proposta por Roquette-Pinto, em uma unidade federativa do Brasil. Neste processo podem ser inscritas motivações tanto políticas como ideológicas, diretamente ligadas ao ideário e agenda do regime do Estado Novo.

A criação do Território Federal do Guaporé, em setembro de 1943, é parte das ações políticas do Estado Novo para a ocupação de regiões de fronteira despovoadas, que levou à criação de cinco territórios federais⁵ e à Marcha para

⁴ “Quem sabe si mais tarde, um filho da Rondônia, bisneto de alguns desses que deixei com saude em 1912, educado por um successor do Mestre, si o houver capaz de recolher a herança, não folheará estas notas para ligá-las ao material conhecido e traçar, assim, a notícia completa do seu povo?” (ROQUETTE-PINTO, 1916, p. 6).

⁵ Os territórios federais são criados em áreas de fronteira consideradas estratégicas para a segurança nacional: Amapá, Rio Branco (atual estado de Roraima), Ponta Porã e Iguaçu (estes extintos pela constituição de 1946), e Guaporé, todos em regiões consideradas estratégicas (N.A.).

o Oeste, que preconizava a ocupação dos sertões do Brasil interior. A estratégia de ocupação dos “vazios” demográficos tinha, na Amazônia, alguns dos mais ambiciosos objetivos.

A revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo (DIP), e que reunia alguns dos mais destacados intelectuais, quando de seu lançamento, no princípio da década de 1940, fez publicar, entre 1941 e 1945, período em que são criados os territórios federais, ao menos dez artigos, que de alguma forma recuperam e justificam a ação governamental para a ocupação das áreas de fronteira internacional a noroeste do Mato Grosso e no sul da região amazônica. Nestes artigos são retomados, com interpretações alinhadas ao ideário do Estado Novo, momentos históricos da região, como o desmembramento da Capitania de Mato Grosso, a construção do Forte Príncipe da Beira⁶ e as ações da colônia para a consolidação das fronteiras nacionais na Amazônia.

O conjunto de artigos, para além da justificativa histórica da ocupação da área de fronteira do noroeste de Mato Grosso, apresenta, ainda, a importância do desenvolvimento da região e de sua ocupação por brasileiros que possam incluí-la no mapa da nação. A Marcha para Oeste inclui desde a construção de Goiânia, passando pela presença do Estado nacional nos sertões de Mato Grosso, até a criação de um território federal nas margens do Madeira e do Guaporé, confirmando, assim, a ocupação de uma extensa área até então desocupada e apartada do projeto de nação do Estado Novo e, principalmente, garantindo a efetiva presença do governo na fronteira com o Estado boliviano.

É assim que a revalorização da Amazônia, sintetizada no Discurso do Rio Amazonas, e a Marcha para Oeste, esta justificada no Discurso de Goiânia, são movimentos distintos, mas complementares. Ambos são promovidos pelo Estado Novo e fundamentais para justificar o ato que culmina com a criação do Território Federal do Guaporé.

6 PARA OESTE, E AVANTE...

A Marcha para o Oeste é justificada a partir da ideia de um arquipélago econômico, formado por ilhas de desenvolvimento separadas por grandes vazios demográficos. É a partir daí que Nelson Werneck Sodré constitui, a partir dos

⁶ O forte, à margem direita do rio Guaporé, atualmente no estado de Rondônia e na divisa com a Bolívia, foi construído entre 1776 e 1783, pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para garantir a posse da região à coroa portuguesa (N.A.).

princípios apresentados por Getúlio Vargas no Discurso de Goiânia, a fronteira móvel, que faz avançar para os sertões do oeste brasileiro as populações que vão garantir a integração dessas ilhas de desenvolvimento entre elas e com o restante do país, e a homogeneização do território, superando a figura do arquipélago (SODRÉ, 1942).

O Discurso de Goiânia salienta a necessidade de um “clima renovador” ainda não atingido pela falta de

[...] densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem de todos estes elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial (Trecho do Discurso de Goiânia. In: SODRÉ, 1942, p. 93).

A concretização da Marcha para o Oeste é comemorada já em 1941 pela revista *Cultura Política*, em artigo assinado por Péricles Melo Carvalho. Ali é destacado o desequilíbrio em que vivem a população urbana e rural brasileiras. As diferenças seriam acentuadas por outra disparidade, aquela que faz o litoral e o centro-sul do país serem mais desenvolvidos, enquanto os rincões do interior carecem desse mesmo desenvolvimento. Alterar este quadro é a fórmula para evitar o êxodo do campo, ao mesmo tempo em que se fará povoar os sertões do país, em especial as fronteiras internacionais.

Do Amazonas ao Prata, de certo modo aos nossos dias, foi crescendo o movimento no sentido contrário ao da verdadeira civilização, quando os progressos humanos impuseram às populações litorâneas o cunho de seus benefícios e não atingiram a grande massa rural pela dificuldade de acesso. A grande massa dos trabalhadores rurais, privada do progresso dos operários das cidades do litoral, sofreu o influxo tentador de seus deslocamentos dos campos e, sendo, como é, o esteio da riqueza nacional, seu afastamento contribuiu grandemente para uma queda na economia e no progresso do país, da qual redundaria grave situação no futuro (CARVALHO, 1941, p. 16).

A Marcha para o Oeste, com seus objetivos políticos balizando o discurso de desenvolvimento para o interior do país, tem na cidade de Goiânia um exemplo bem sucedido – assim como na continuidade que significam a implantação de colônias agrícolas e expedições como a Roncador-Xingu. Em artigo de fevereiro de 1944, a *Cultura Política* trata da necessária redivisão do Brasil para a consolidação do Estado Nacional. A política do Estado Novo é saudada como sendo de sentido bandeirante, pela orientação adotada para a ocupação dos sertões brasileiros:

Um bandeirismo integral. Um bandeirismo sobre bases racionais, planificado. Um bandeirismo estatal. Um bandeirismo cujo veículo natural seria, sem dúvida, o Brasil politicamente redividido [...]. O Estado Nacional, como “cultura”, pode bem ser qualificado de Estado bandeirante (FIGUEIREDO, 1944, p. 147).

Este espírito bandeirante é o lastro histórico para a política nomeada pelo Estado Novo como Imperialismo Brasileiro, que pretendia centralizar o poder, ao mesmo tempo em que ampliava a presença do Estado em todo o território nacional. Isso seria possível ao reduzir os “vazios demográficos”, ocupando-os com brasileiros. Este imperialismo “lógico” e “necessário” levou à criação dos territórios federais em 1943 (FIGUEIREDO, 1944, p. 151).

7 O RESSURGIMENTO DA AMAZÔNIA

O Estado Novo, ao mesmo tempo em que promove a ocupação dos espaços vazios dos sertões brasileiros, organiza o que considera a recuperação da Amazônia como espaço estratégico para o desenvolvimento da nação e para a manutenção das fronteiras internacionais. A importância da região para o chamado imperialismo brasileiro, tem no Discurso do Rio Amazonas, proferido por Getúlio Vargas, em outubro de 1941, em Manaus, o momento de maior significação. Ali, o Estado Novo renega as afirmações de determinação natural da Amazônia, para integrá-la ao desenvolvimento nacional, e aponta como isso deve acontecer.

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. [...] Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energia com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano (VARGAS, 1941, p. 228).

No projeto político do Estado Novo para a Amazônia, enfaticamente defendido pelos autores que abordam a região em *Cultura Política*, é necessário superar a ideia de o clima ser o responsável pela situação de marginalidade da região. O abandono histórico, este o verdadeiro responsável, seria superado pela intervenção do Estado, promotor da integração definitiva.

Em seção especial, a *Cultura Política*, de novembro de 1941, comemora o primeiro aniversário do Discurso do Rio Amazonas. Para Lourival Fontes, que

assina um dos artigos desta seção, Getúlio Vargas, ao reabilitar a Amazônia como parte integrante da nação, ao mesmo tempo em que complementa as posições de Euclides da Cunha, vai além de suas proposições.

No Discurso do Rio Amazonas, em visão mais larga e completa, ampliando e desenvolvendo o pensamento euclideano, o Presidente Getúlio Vargas fixa não apenas a significação nacional, mas ainda o sentido continental da obra a realizar, convertendo o Amazonas em um capítulo da história da civilização (FONTES, 1941, p. 155).

Novas formas de análise da história da Amazônia são assumidas e, a partir delas, apresentadas propostas para a região, alinhadas à política estatal. Com a superação da ideia de que o clima e o ambiente seriam os responsáveis pela situação da Amazônia, estava aberto espaço para a noção segundo a qual a intervenção do poder central finalmente permitiria a vitória do homem sobre o ambiente e a condição climática (ANDRADE, 2010, p. 462).

Após a visita de Getúlio Vargas ao Norte⁷, o destaque dado à região se ampliou significativamente em *Cultura Política*, destacando principalmente a importância da região como parte do projeto ideológico do Estado Novo. O saneamento e a colonização da região surgem como temas fundamentais, sempre alinhados aos princípios do Discurso do Rio Amazonas. Nestes artigos, buscava-se a valorização dos elementos regionais, principalmente do caboclo e do nordestino, que passam a ser tratados como os responsáveis pela sobrevivência da Amazônia, e a culpa de terem sido tratados como indolentes é lançada sobre governos anteriores.

Nesta linha, surge nos textos a crítica à literatura ficcional, que até então ressaltava a natureza amazônica, enquanto ignorava o homem. Os artigos anunciam a atitude diferente, assumida pelo Estado Novo, voltando-se para a superação das doenças, principalmente a malária, e promovendo a ocupação racional da região.

O caboclo e o nordestino não seriam mais os culpados pelo empobrecimento local, mas sim as elites ausentes, que durante vários séculos não teriam dado a devida atenção à região. A solução para a Amazônia seria a ocupação racional associada ao saneamento. O binômio saneamento-colonização passou a ser um aspecto fundamental para estes intelectuais (ANDRADE, 2010, p. 463).

⁷ A viagem de Getúlio Vargas aconteceu entre os dias 6 e 14 de outubro, período em que visitou as cidades de Belém, Manaus e Porto Velho (esteve também brevemente, para escalas técnicas, em Belterra e Parintins). Em Porto Velho, capital do futuro território federal do Guaporé, a visita que oficialmente deveria durar três horas, estende-se por três dias (N.A.).

As releituras históricas, alinhadas ao ideário do Estado Novo sobre a região, estão presentes nos artigos e na publicação, e na interpretação de documentos históricos que tratam do desmembramento da capitania de Mato Grosso, do Forte Príncipe da Beira, da integração das bacias do Amazonas e do Prata através do rio Guaporé, e das lutas pelas fronteiras da Amazônia, todos publicados entre 1941 e 1943 em *Cultura Política*. Nestes artigos são apresentados os feitos heroicos que legitimam a posse da região, em especial o Vale do Guaporé, na fronteira com a Bolívia, ao mesmo tempo em que é apresentada a necessidade de efetivar a ocupação da região até então despovoada de brasileiros.

8 DOS SERTÕES DA RONDÔNIA ÀS TERRAS DA AMAZÔNIA

A criação do Território Federal do Guaporé pode, assim, ser tomada como resultado, ao mesmo tempo, da Marcha para o Oeste e da política de recuperação da Amazônia. Cada uma dessas ações do Estado brasileiro, entre o final dos anos 1930 e no princípio da década de 1940, é fundamental para a oficialização do território criado a partir da estrutura administrativa já existente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), e alcançando a maior parte das terras batizadas de Rondônia por Roquette-Pinto. É assim que o atual estado de Rondônia tem sua gênese como território e como ideia, no contexto político e social da primeira metade do século XX, já como fronteira entre os sertões do Brasil central e a Amazônia.

A EFMM confundia-se, após a sua nacionalização⁸, na década de 1930, com o próprio Estado brasileiro no extremo oeste do território nacional. E foi a partir da estrutura administrativa da EFMM e de suas ramificações em colônias agrícolas e contingentes militares de fronteira, que se constituiu a administração do território federal. Sua criação pouco significou de alteração no cenário local, com o major Aluizio Ferreira, diretor da EFMM, assumindo o governo do Guaporé e os pontos extremos da estrada de ferro sendo as principais cidades.

⁸ Conforme Souza (2002), “O desdobramento da crise da borracha, foi a falência da administração estrangeira à frente da ferrovia. Acirrou-se o problema em meados de 1931, quando a *Madeira Mamoré Railway & Co* parou por oito dias. O governo federal considerava a ferrovia estratégica para o controle de fronteira, no extremo oeste, e pólo de irradiação econômica regional. Ela era a única via de comunicação entre as regiões do noroeste do Mato Grosso e do oriente boliviano com o rio Amazonas. O Ten. Aluizio Ferreira, Delegado do Governo Federal e Chefe do 3º Posto Telegráfico das Linhas Estratégicas Seção/Norte, foi designado para ocupar as dependências da Companhia em julho de 1931. O ato cristalizou-se no imaginário social como a “nacionalização” da Madeira-Mamoré.” (SOUZA, 2002, p. 34).

No dia 16 de novembro de 1943, tomou posse, no Ministério da Justiça no Distrito Federal, o 1º governador do território, Maj. Aluísio Pinheiro Ferreira. No seu discurso de posse, confessou não ter elaborado um plano de governo. As metas foram formuladas pelo gabinete da Presidência (subordinado ao Palácio do Catete). Ressaltou, também, a continuidade dos trabalhos executados desde 1931, como diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (SOUZA, 2002, p. 122).

Em sua extensão territorial, o Guaporé, criado em 1943, estende-se desde a região do Médio Madeira até o Planalto dos Parecis, sendo este o ponto divisor entre as bacias do Amazonas e do Prata. Na sua maior parte, a área do território é então composta pelas terras nomeadas por Roquette-Pinto como sendo da Rondônia, e identificadas como sertão, durante a sua expedição científica, assim como na de Roosevelt-Rondon⁹.

A sede do território do Guaporé, fixada em Porto Velho e se confundindo com a administração da EFMM, é claramente ligada ao discurso do Estado Novo, que preconiza a retomada da Amazônia como espaço fundamental para o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, está ligada ao passado histórico de todo o vale amazônico, aí incluído o período de intensa exploração da borracha, sendo esta a motivação para a construção da estrada de ferro¹⁰.

Em outro sentido, a linha telegráfica significava a principal referência na porção desmembrada do território do Mato Grosso. Esta área havia sido apenas recentemente mapeada pela Comissão Rondon, e tomá-la como parte do Guaporé teve como base a descrição de Roquette-Pinto, de uma província antropogeográfica. Este movimento é parte da política do Estado Novo para ocupar áreas despovoadas de fronteira, superar o arquipélago que constituía o interior do país e aproximar as ilhas de desenvolvimento precariamente interligadas. A apropriação da região particularizada por Roquette-Pinto foi a solução para colocar sob a administração direta do governo federal uma extensa faixa de terras¹¹.

⁹ Sobre o deslocamento das ideias sobre região, entre os conceitos de “sertão” e “floresta”, é importante destacar os títulos das traduções para o Brasil do relato de viagem de Roosevelt. O livro foi publicado nos Estados Unidos em 1914, com o título *Trough the Brazilian Wilderness*. A primeira edição da tradução no Brasil, publicada em 1944, traz o título *Através do sertão do Brasil*. Já a segunda edição, de 1976, tem o título alterado para *Nas selvas do Brasil*. Trata-se aqui de exemplo do deslocamento das noções sobre a região e, consequentemente, do seu pertencimento no pensamento social nacional (N.A.).

¹⁰ A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi construída pelo governo brasileiro como parte do Tratado de Petrópolis, que garantiu a posse do Acre para o Brasil. Entre as contrapartidas estava a construção da ferrovia ligando os pontos extremos do trecho encachoeirado do rio Madeira, a fim de garantir o escoamento, principalmente da borracha boliviana, até o oceano Atlântico. A EFMM foi construída entre 1907 e 1912 e foi realizada pela empresa norte-americana Madeira-Mamoré Railway Company (N.A.).

¹¹ De acordo com Souza (2002), o papel das Forças Armadas foi fundamental para a criação de territórios federais em áreas estratégicas de fronteira. “O extremo oeste ou noroeste brasileiro

Este mesmo movimento fez com que a ideia de expansão para o oeste, penetrando os sertões do interior do país, fosse substituída pelo discurso de ressurgimento da Amazônia, fazendo com que as áreas anteriormente tidas como parte do Brasil central passassem a ser constituintes da Amazônia. É assim que podemos afirmar que a área do atual estado de Rondônia tem a sua gênese no encontro de dois discursos integrados, mas distintos, postos em circulação pelo Estado Novo, ao longo da década de 1930: o ressurgimento da Amazônia como região fundamental para a consolidação da política de desenvolvimento nacional, e a Marcha para o Oeste, movimento que pretendia garantir não apenas a ocupação dos “vazios” demográficos, mas também garantir a integração de ilhas de desenvolvimento espalhadas pelo território nacional, ao mesmo tempo em que reduziria as pressões existentes no campo, que estavam levando ao êxodo rural e à concentração de contingentes populacionais nas cidades.

Estes discursos forjados sobre o pano de fundo do imperialismo brasileiro, nos ideais de consolidação das fronteiras nacionais e da concentração do poder no governo central, são condições importantes para a busca pela compreensão da gênese do território do Guaporé e, conseqüentemente, do estado de Rondônia. É a partir dessas ideias precursoras que políticas e ações foram efetivamente implementadas, e todas as subsequentes são delas devedoras, em maior ou menor grau. As ideias que estão na base de constituição do estado de Rondônia são elementos que fazem dele uma fronteira dentro do Brasil desde o seu surgimento, e um espaço físico onde duas concepções distintas de ação do homem frente à natureza se encontram.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. de P. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago. 2010. Disponível em <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv5n2_2010/conquistar\(andrade\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv5n2_2010/conquistar(andrade).pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

sempre foi uma preocupação para o Estado e, principalmente, para as Forças Armadas, em especial o Exército. [...] O discurso era da “civilização” contra a barbárie, no qual o sertão representava a nação a ser conquistada, a natureza hostil era representada pelas dificuldades de acesso, e pelas inúmeras nações indígenas e populações brancas isoladas e arredias que habitavam o extremo oeste brasileiro. Para se “gerar o corpo” da Pátria, fez-se necessário o seu reconhecimento, o seu mapeamento, tanto físico quanto humano, palmilhando e reconhecendo trechos sob os olhares do Estado brasileiro, corporificados pelo Exército. Lembremos que, “nacionalizar” as nações (sic) indígenas e os trabalhadores nacionais, dispersos nas margens de rios e seringais, significou assegurar o controle sobre o território” (SOUZA, 2002, p. 70).

BASTOS, É. R. Polifonia da Amazônia. In: BASTOS, É. R.; PINTO, R. F. (Orgs.). **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora UFAM, 2007.

CARVALHO, P. M. A concretização da “Marcha para o Oeste”. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 13-22, ago. 1941.

DELAS, J.-P.; MILLY, B. **Histoire des pensées sociologiques**. Paris: [s.n.], 1997.

DESMEMBRAMENTO da Capitania de Mato Grosso da de São Paulo. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 237-240, ago. 1941.

DISCURSO do Rio Amazonas. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 227-230, ago. 1941.

FIGUEIREDO, P. A. de. O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 140-152, fev. 1944.

FONTES, L. Aniversário do “Discurso do Rio Amazonas”. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 155-156, nov. 1941.

FREITAS, M. C. da S. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, É. R.; PINTO, R. F. (Orgs.). **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora UFAM, 2007.

GUSMÃO, C. A luta pelas fronteiras da Amazônia. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p. 15-22, out. 1942.

LINS, Á. **Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras**, 1956. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=113&sid=199>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

PONCE FILHO, G. O Forte Príncipe da Beira. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, p. 159-167, jun. 1943.

RECUPERAÇÃO e ressurgimento da Amazônia. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 50, p. 122-143, maio. 1945.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

ROOSEVELT, T. **Através do sertão do Brasil**. Tradução de Conrado Erichsen. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1944.

ROOSEVELT, T. **Pelas Selvas do Brasil**. Tradução de Luiz Guimarães Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

SILVA, M. C. da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora da UFAM, 1996.

SODRÉ, N. W. A fronteira Móvel. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 93-102, ago. 1942.

SOUZA, V. A. de. **(Des)Ordem na fronteira**: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40). 2002. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

Texto submetido à Revista em 10.04.2012
Aceito para publicação em 05.04.2013